

Revista anti-moderna, anti-liberal,
anti-democrática, anti-bol-
chevista e anti-bur-
guesa

ORDEM NOVA

Contra-
-revolucionária;
reaccionária; católica;
apostólica e romana; monár-
-quica; intolerante e intransi-
-gente; insolidária com escritores,
jornalistas e quaisquer profissionais
das letras, das artes e da imprensa

ANO 1.º

JANEIRO

Fascículo 11

LISBOA

1 9 2 7

ORDEM NOVA

REVISTA MENSAL

Redactores fundadores :

Albano Pereira Dias de Magalhães
Marcello Caetano

Secre'ário e editor: *J. Fernandes Júnior*

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: *Largo do Directório, 8, 3.º-LISBOA*

Composição e impressão: *Imprensa Beleza—R. da Rosa, 99 a 107—LISBOA*

Propriedade de *José Fernandes Júnior*

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------------------|
| Nota mensal | — |
| Economia e moral..... | <i>José Gracias</i> |
| A morte do cacique | <i>César d'Oliveira</i> |
| Preocupações legalistas | <i>Marcello Caetano</i> |
| Pensamentos, Palavras & Obras:—A experiência da força e da justiça («Durante a fogueira — Páginas da guerra», por António Sardinha), <i>Marcelo Caetano</i> ; — Conselheiro Fernando de Sousa; — Centenário de S. Luís Gonzaga;—«Ecce iterum...», <i>M. C.</i> ; — Os católicos mexicanos; — Colaboração da <i>Ordem Nova</i> ; — Instituto de António Sardinha; — «Opus Dei»; — Junta Escolar de Coimbra. | |



Nota mensal

«Ordem Nova» não pode deixar de evocar neste mês frio cinzento em que o sol doentio aparece de vez em quando sem aquecer, a memória de António Sardinha, o saudoso Amigo e Mestre que junto de nós deixou um lugar desocupado que põe na Tavola Redonda uma nota imensamente triste, uma nota de saudade e de melancolia.

A sua morte deixou-nos na alma um frio como aquêlê que as névoas de Janeiro protegem pèrfidamente. E se não fôra a nossa crença na vida eterna e na Providência Divina, ela teria sido motivo de barbaro desespêro. António Sardinha é ainda o primeiro combatente do Integralismo, os seus livros continuam a publicar-se e a convencer, e nós estamos certos de que a sua alma realizou plenamente a sua finalidade sobrenatural e que, neste momento, esquecida dos séculos, compreende sem esforço os grandes mistérios da essência de Deus!

Ocultando uma lágrima de comoção nós prometêmos aqui mais uma vez recolher carinhosamente a sua herança e reparti-la depois irmãmente por todos quantos vivem sob êste u sereníssimo de Portugal.

Um novo ano entrou docemente, pela noitinha, logo perturbado pelo bater apressado dos nossos corações a transbordar de ansiedade e esperança, cheios da dúvida apreensiva e sorridente: o que virá?

Todos fizeram essa pergunta irrespondível. Todos baixinho se interrogaram igualmente: o que será de nós?

Falaram as bruxas aos jornais e disseram todas que, n ano que entrava morreria gente e haveria desastres. E todos se aterraram: então em 1927 ia morrer gente, ia haver desastres? E o que valeu, foi o sorriso scéptico, o desprezo incrédulo dos espíritos fortes que não acreditam nas bruxas. Senão... Senão que de terrores por êsse mundo! Gente a morrer—e desastres, de mais a mais!

Acorreram então os senhores que sabem de tudo e que, por isso, sabem também ajuizar do ano que entra. Tenhamos caridade, e concedâmos-lhes a faculdade de ajuizar, ao menos uma vez cada ano.

Por fim, vinte e quatro horas passadas, entramos no dia 2 de Janeiro, um dia vulgar e banal, um dia como qualquer outro e todos nos esquecêmos das previsões e dos temerários juízos, concedendo ao futuro uma parte insignificante nas nossas preocupações do presente. De tudo o que se tentou prevêr, de tudo o que se anunciou—nada nos restava. Todos nos entregámos nas mãos de Deus, e todos afinal iniciámos o ano de mil novecentos e vinte e sete confiantes naquêle sábio remate das previsões pitorescas do velho Borda d' Agua: «Deus super omnia»

Que a sua graça nos não abandone e que não seja neste ano, o dia negro da nossa perdição, são os votos que sinceramente faz a «Ordem Nova».

ECONOMIA E MORAL

A carestia da vida e a insuficiência dos salários para lhe fazer face, provocadas pela guerra, chamaram novamente a atenção dos economistas para o problema das relações da Economia com a Moral.

Sensatamente tinham os escritores medievais resolvido a questão das relações da Economia com a Moral, proclamando a Economia uma disciplina distinta da Moral mas a ela subordinada. Diz René Gonnard: *«L'économie médiévale a pour but de régler la vie individuelle et collective conformément aux enseignements de la morale chrétienne. Toutes ses théories sont non seulement pénétrées d'éthique, mais posées au point de vue éthique, et d'une éthique dominée par le dogme»*. Desta maneira de conceber a vida económica resultavam consequências que o citado escritor resume nos seguintes termos: *«nul ne doit abuser des avantages que lui confère la conjoncture économique. Le producteur ne doit pas chercher à profiter sans limites des besoins des consommateurs ou vice-versa. Tout homme doit pouvoir vivre en travaillant, conveniement; nul ne doit pou-*

voir réaliser d'excessifs profits. Il y a un juste prix des choses, un juste salaire du travail».

As doutrinas mercantilistas iniciam, porém, o divórcio da Economia e da Moral, que os economistas liberais consumam.

- Proclamadas a livre concorrência e a lei da oferta e procura como dogmas indiscutíveis da economia liberal, os seus efeitos não podiam, a breve trecho, deixar de se fazer sentir. Dêsses princípios resultavam necessariamente: o direito do patrão de explorar o operário; o direito do produtor de explorar o consumidor; o direito da nação mais poderosa de arruinar a nação mais fraca. Numa palavra, em homenagem aos dogmas da livre concorrência e da oferta e procura, o forte tinha o direito de esmagar o fraco, o honesto, o dever de se deixar explorar pelo homem sem escrúpulos. É tudo isto em nome da *liberdade!*

É certo que a Moral condenava princípios que tam desumanos efeitos produziram. Mas os economistas liberais não se perturbaram com tam pouco e, em nome da Ciência, proclamaram a Economia independente da Moral.

Fácilmente se compreende que uma tam falsa concepção da vida económica não podia persistir por muito tempo sem sofrer um completo desmentido da realidade. Com efeito, a primeira metade do século XIX viu o renascimento da vida corporativa provo-

cado mais por um natural instinto de defêsa dos operários explorados, do que por qualquer teoria económica, e, a breve trecho, os governos viram-se obrigados pela pressão do crescente movimento proletário a abandonar a cómoda posição de gendarmes, simples guardiães da ordem e da segurança externa do país, que os economistas liberais lhes atribuíam, para decretar medidas de protecção às classes menos favorecidas. Por outro lado a luta económica obrigou os Estados a adoptar medidas de defêsa contra o imperialismo económico doutros melhor aparelhados. Falta porém à economia liberal o desmentido supremo que a guerra de 1914-1918 lhe veio trazer com as medidas adoptadas pelos diferentes Estados para garantir o abastecimento dos seus mercados internos e impedir uma elevação excessiva dos preços, medidas que, não obstante constituírem uma flagrante violação dos preceitos fundamentais da economia liberal, não provocaram as catástrofes que os economistas liberais dogmáticamente prognosticavam em nome de uma pretensa sciência.

Em face de uma tal situação recorreram os economistas liberais a um sofisma, distinguindo a sciência económica da arte económica e proclamando a primeira independente da Moral e a segunda estreitamente afim com ela. Nesta ordem de ideias escreve Perreau: « *En tant que science l'économie politique ne*

saurait être morale ni immorale: C'est une discipline indépendante de la morale et qui a un autre object. L'économie politique n'a plus à se préoccuper du côté morale des phénomènes qu'elle étudie que la morale n'a à se préoccuper de leur aspect économique. Celui-ci est imprégné de la morale. L'économiste avant de proposer une mesure d'application, ne doit pas seulement s'enquérir des avantages matériels qu'elle présente, il doit apprécier aussi cette mesure au point de vue de sa moralité».

Seguindo a mesma orientação, o dr. Armindo Monteiro vai porém mais longe do que Camille Perreau e, no seu «Ensaio de um Curso de Economia Política», escreve: «nem por o espírito que anima as investigações científicas ser contrário a preocupações de ordem moral, a Moral e a Economia deixam de penetrar-se mutuamente. É inegável a influência das ideias morais sobre a vida económica. Na repartição, por exemplo, a moral cristã exerce uma acção profunda; a luta das classes e dos indivíduos é dominada por critérios morais; os próprios proletários procuram edificar as suas reivindicações sobre conceitos arrancados à moral. Ora estas realidades reflectem-se em toda a organização económica. É a Economia Política não pôde ignorá-lo nem esquecer a sua importância no desenrolar das relações que observa».

Citamos longas passagens destes dois escritores, entre muitos outros que poderíamos citar para que

melhor se patenteie o sofisma que constitue a pretensa independência da Economia em face da Moral, pois os próprios defensores dela não podem negar a enorme influência que o factor moral exerce na vida económica.

Distinguir a sciência económica da arte económica, proclamando a primeira independente da moral e a segunda estreitamente subordinada a ela, é um malabarismo intelectual de difficil aceitação. Com o eminente jesuita Padre Valére Fallon sômos de opinião que a Economia é uma sciência ao mesmo tempo teórica e prática, competindo-lhe verificar as leis a que obedecem os fenómenos económicos e dirigir a actividade dos homens para a realização dos seus interesses materiais. Não ha, pois, lugar para a distinção entre sciência económica e arte económica; mas, ainda que admitamos uma tal distinção, não podemos compreender como é que a Economia pode estudar convenientemente a vida económica e formular as leis que a regulam, sem atender ao factor moral que os próprios economistas liberais reconhecem existir no fenómeno económico. Um tal estudo tem, necessariamente, que ser incompleto, e as suas conclusões não podem exprimir a realidade económica, por isso mesmo que se desprezou um dos seus elementos.

Um novo sofisma, porém, cria adeptos modernamente: o da distinção da Economia Política e da Eco-

nomia Social. A Economia Política estudaria os fenómenos económicos sem preocupações de ordem moral; e seria a Economia Social que estudaria êsses fenómenos atendendo, principalmente, ao seu aspecto moral.

Não vemos qualquer utilidade numa tal distinção, pois a totalidade dos problemas estudados pela Economia chamada Social tem lugar próprio na chamada Economia Política que, como já tivemos ocasião de dizer, não pode, sem falsear a verdade económica, encarar qualquer problema económico sem atender ao aspecto moral que os próprios economistas liberais nêle reconhecem. E, uma vez estudados os problemas económicos pela Economia Política, também no seu aspecto moral, desaparece a própria razão de ser da distinção da Economia Política e da Economia Social, desaparecendo ao mesmo tempo o amoralismo da Economia Política. De resto, os próprios sofismas a que os economistas liberais se têm visto forçados a recorrer para a defesa do princípio do amoralismo da Economia, constituem por si só uma prova mais do que suficiente da falsidade dêsse princípio que encontra hoje um número cada vez mais diminuto de adeptos.

Dia a dia aumenta o número daqueles que, com a Igreja Católica, defendem a doutrina de que não podem ser científicos princípios que só provocam a

desorganização e a ruína da sociedade. É com razão que Antoine escreve: «*toute loi ou toute règle en désaccord avec la loi morale devient étrangère à la véritable science économique et doit être énergiquement réprochée, comme le serait la science de voler, de falsifier les écritures, de pratiquer l'usure...*» É esta, de resto, a doutrina já outróra defendida pelos economistas medievais e que nos cumpre hoje reafirmar em nome da verdadeira ciência económica.

Lisboa — Vespera de Nossa Senhora da Conceição — 1926.

José Gracías.

«Vereador» vem de «vara»,—que significa «terra comum». Seriam assim «vereadores», nas vespéras históricas da Nacionalidade, os magistrados eleitos, a quem caberia, entre os visinhos, a repartição dos terrenos da colectividade para as exigências da cultura. Pensemos na genealogia agrária dos nossos concelhos. E se as coisas vivem e duram pelo mesmo principio porque se geram,—segundo ensina o preceito clássico.—mais que para uma simples função administrativa, não estarão os Municípios destinados a resolver o drama angustioso do Trabalho pela nova fixação do homem à gleba?

(Inédito)

António Sardinha.

A morte do cacique

I

Custou-nos muito cara a obra intensa e extensa de fomento e de progresso do mais fecundo e mais pacífico período do Constitucionalismo.

De seu natural libertino e esbanjador, mas egoísta por vício original e por sistema—o Liberalismo servia na Causa pública, económica e social. Mal e porcamente, mas servia. Traíndo a miude o interêsse nacional, freqüentemente o servia também, servindo o eleitor, o cidadão, o individuo. Se algumas vezes a colectividade aproveitava das decisões legislativas ou das providências governamentais, quasi sempre, no entanto, era à influênciã, ao prestígio, aos serviços eleitorais e partidários que de melhormente se atendia. Nos funerais grotêscos do Cacique, em que os partidos vão de viúvas inconsoláveis vertendo o amargo pranto do abandono e da saúdade—não destôa esta patética biografia reabilitadora do defunto execrado...

Hoje, que o Parlamentarismo agonisa e que a burla do sufrágio não ilude já, nem atráe, nem céga os próprios interessados corifeus desta safáda Democracia, justo é que, ao notar-lhe as passadas mazelas, se lhe não esqueçam os incontestáveis serviços.

A corrupção democrática, o regime da monstruosa ficção do govêrno do povo pelo povo, engendraram êsse famigerado élo de ligação entre os partidos e os eleitores, êsse agora desprezível cacique que aí jaz.

Dêle se serviu como firme esteio e fiel serventuário a Democracia política; por êle anarquisou, é certo, o pensamento recto e derancou as sans energias da Grei, depravou os costumes e perverteu a Moral. Durante um século de dominio pleno e livre asneira, em tudo o que pôz mão deixou a marca da sua gangrena e chateza; vendeu, roubou, desperdiçou e leiloou a honra nacional, o património artístico, espiritual e colonial. Gastou o que ainda havia, o que escapára ao saque geral de 34, e o que já não havia. Desbaratou o tesouro acumulado no passado pela previdência social e por admiráveis instituições de caridade. Empenhou, por fim, as economias, o suor, o sangue das gerações futuras, porque, egoista e individualista, desprezando o futuro e esquecendo o passado, exasperado do materialismo ambiênte e do materialismo sóez—e foi êste ambiênte cultural em que se formaram os homens da propaganda republicana—quiz mergulhar em todos os gosos e refastelar-se em todas as comodidades que o Progresso—o deus, o ídolo—oferecia aos devótos borrachos da Liberdade.

Assim, pela necessidade de cúmplices, interessou-se toda a Nação na quadrilha com o jôgo constitucional dos partidos. Aqui se gera, cresce, desenvolve, floresce e dá seus frutos de corrupção e de progresso o Caciquismo. Êle vinha combanido de todas as verminas dum sistema rapinante e rapinado pela judenga internacional e pelas nações carvoeiras que fizeram do livre-cambismo gazúa e náu de côrso com que piratearam sôbre mares e continentes e organizaram à sombra da monstruosa lei da oferta e da procura, a exploração do homem pelo homem; a livre-concorrência dos apetites, a expoliação feroz do braço pelo dinheiro.

Mas o complicado aparelho eleitoral, tendo adquirido, graças ao cacique, êsse maravilhoso funcionamento, que foi o seu segrêdo e a sua glória—fixádo e admitido definitivamente depois do consulado cabralista—deu de si, por sua quasi que única virtude, uma vasta obra de fomento que seria injustiça negar, uma obra a que, se já não

saboreamos os frutos, estamos, no entanto, amargando os efeitos. Nessa obra se gastaram as poucas reservas que escaparam ao latrocínio caótico de advento liberalista; nela se comprometeram as energias futuras daquelas gerações que iam nascer e trabalhar sob o látigo da usura ladravaz que exauria o Erário público e definhava a produção no recurso fácil, comodo, mas criminosamente egoista, do empréstimo e do imposto.

Quando o liberalismo monárquico, pela lógica revolucionária dos cantarinos do Progresso, cedeu por fatalidade ou por bamburrio o seu caduco papel à pura democracia republicana, o compadrio político, a influência eleitoral, o consórcio velhaco da Usura e da Finança, tinham depravado os velhos e os novos máus costumes, esbanjando a riqueza pública, envenenado as fecundas entranhas da Grey, estancado as nascentes da Virtude e do Trabalho, mas havia — não tenhamos pejo em confessá-lo — uma enorme e apertada rede macadamizada de maravilhosas estradas, um modelar serviço de viação acelerada, p rtos bem apetrechados, telégrafos, viadutos, pontes, graças ao cacique, graças à desaforada corrupção eleitoral. Na raiz da batateira parlamentar estava o cacique. Ele foi a batata, bronca e humilde talvez, mas foi o único fructo do sistema...

Bem caro nos custou, na verdade, a nós que estamos sofrendo as consequências do liberalismo económico e político; esse espaventoso progresso que os homens da Regeneração queriam bem regado com libras, amassado com libras, com o ouro que nós — pobres vítimas da loucura progressiva — estamos pagando com o sangue e a tortura do nosso trabalho de Sisifo, rolando sem descanso o calhau, de cada vez mais negro, mais áspero e maior, dos empréstimos e dos impostos!

II

‘Criadas, mantidas e constantemente acrescidas e reparadas por obra e graça da Urna e zeloso interêsse do Cacique, não se compre-

enderia bem porque, no curto espaço de três lustros, se transformaram em barrocais, em abismos, em dilaceradas veredas de perdição, as belas e suaves estradas que os homens d'ontem construíram à custa dos homens de hoje para seu deleite e nossa arrelia, se a decadência do caciquismo não justificasse de sobejo o descalabro geral das vias de comunicação.

Com o tempo e os azares revolucionários, foi perdendo o Cacique, mas não de todo, o seu prestígio sobre o rebanho eleitoral. Intermediário arguto e sabido dos interesses partidários e dos favores governamentais, ainda ultimamente riscava o adversário político do caderno eleitoral, ainda livrava de soldado o filho do compadre, servia empenhos pelos exames, repartia baldíos pelos amigos, distribuía empregos públicos, protegia e incitava as sofregas ambições do correligionário finório, cativava ou ameaçava, fazia chapeladas ou escaqueirava as urnas. Mas para obras de vulto e de serventia geral, nada arranjou, nada conseguiu. Nem uma estrada, nem qualquer melhoramento de valor. O gôso barato da influência eleitoral, à medida que o sistema caía em descrédito, assim encontrava menos quem monetariamente se sacrificasse pelo bem estar dos seus concidadãos...

Com o advento do regime republicano, refinaram todos os vícios do velho liberalismo. Sobre o rescaldo revolucionário, mal abafadas as brasas do ódio, o egoísmo instalou-se. O caciquismo esqueceu o seu passado perdulário. Já decrépito, fez-se egoísta, interesseiro, calculista e avarento. Como tudo, êle evoluiu—para pior.

O velho influente, misto de conselheiro, de patriarca, de pastor e de régulo, só quando o eleitor teimoso ou ingrato não cedia ao suborno dos benefícios colectivos ou individuais, é que recorria ao uso moderado do cacete mercenário ou à prestidigitação, sempre limpa e muito para vêr e admirar, e suas malas artes na falcatrua eleitoral.

Por êste processo, pela peita colectiva do eleitorado, se enche-

ram os largos provincianos de bons chafarizes, de bons arvoredos, de boas calçadas, muitos rios foram atravessados de boas pontes; muitos milhares de quilómetros de estradas, mais do que à «rasgada» iniciativa dos antigos ministros das Obras Públicas, devem-se a essa quasi saudosa instituição de corrupção social mas de fomento continuo que ficou célebre na nossa história parlamentar e que se chamou o Caciquismo.

A morte do rotativismo, posto que não destronasse o cacique, libertou-o dos sacrificios que as suas funções extra-legais de guia eleitoral e captador de votos lhe impunham. Com o advento da República, os novos influentes que surgiram, nem traziam consigo aquela experiência das coisas e conhecimento dos homens que dá a diuturnidade consentida do mando e do ascendente político, nem possuíam o desafôgo, a independência material e até a riqueza dos antigos caciques: homens herdados de teres e haveres, «brasileiros» de mãos largas, gente de algo ligada à terra e de lavoura abastada.

O cacique moderno, o cacique republicano, bacharel ou médico, pequeno comerciante na maioria dos casos, não precisava, pois tinha por si o terrorismo jacobino, nem podia alargar-se nas tradicionais liberalidades caciqueiras.

Desapareceu em parte, é certo, a patuscada farta de beduns e máus costumes do carneiro com batatas. Mas nunca mais os votos duma freguezia foram pagos com uma estrada, uma torre nova e de detestavel gosto para a igreja, um apeadeiro do caminho de ferro ou um edificio escolar.

Ainda mais do que os seus sicários, o Estado republicano era somitico para com tudo quanto representasse interêsse regional ou fomento nacional.

As verbas orçamentadas para reparação dos máus caminhos, à mingua das prodigalidades caciqueiras, mirravam-se e mal proviam ao conduto magro duns esburgados pedaços de brita e duns cantoneiros esgalgados de fome e de abandono.

O regime novo, como um gato assanhado no frágil recheio dum guarda louça, não descuroou apenas a tarefa urgente de novas construções: abandonou tudo ao desmazelo, desbaratou em poucos anos o património de estradas que o liberalismo, pródigo mas cuidadoso, ainda que de má vontade lhe legára, já coçado mas em bom uso.

Quando, passada a delirante bebedeira das revoluções e represões, as estradas começaram a gritar por milhares de bôcas agressivas a sua dôr e a sua miséria, apercebeu-se o regime das próprias malfeitorias, mas fez ouvidos de mercador, e entendeu de si para consigo que tão hedionda lástima já não merecia concerto nem tinha ponta por onde lhe pegasse. Sôbre a guerra e as convulsões políticas dêstes quinze anos de verdadeiro deboche administrativo, carregou todas as responsabilidades do desleixo criminoso dos seus homens e da impotência construtiva e conservadora do sistema. O seu mais forte partido, de bem montada maquinaria eleiçoeira, disfrutando o poder e as suas vantagens durante quinze anos quasi consecutivos, não soube ou não pôde enraizar caciques, caciques à antiga, patriarcais e simples, prodigos e pandegos.

Se bem que as manadas eleitorais continuassem a ser arrastadas à Urna pela sóga do pedido ou da ameaça, por vagas dedicações, por promessas mais vagas ainda, ou por favores pessoais e partidários recebidos ou a receber—o regime mantinha nos alicerces eleitorais dêste partido, nos seus ferczes caciques, um idealismo bronco, fanático, intolerante mesmo, que a defeza dos interêsses criados acirrava até ao crime e por vezes, nas horas de perigo, fortalecia até.

Mas veio o movimento militar de Maio e, mau grado a inconsistência e confusão doutrinária em que foi gerado, nascido e em que molemente vai medrando, relegou para o limbo das coisas inuteis o já desprestigiado caciquismo. O cacique foi condenado à morte—à morte política. Com o seu desaparecimento, com o eclipse temporário—e oxalá êle fôsse definitivo!—do parlamento e das suas instituições, o problema das estradas atinge uma acuidade ao mesmo tem-

po perigosa e dolorosa. Quebrou-se a ligação entre os povos e os seus governantes. Morto, aniquillado o caciquismo que em vespersas de eleições tinha sempre um sorriso, uma promessa e uma esperança para a multidão fiel dos seus eleitores, a legião dos contribuintes, dos reclamantes,—aquela pitoresca, gritante e lamurienta *“romagem dos agravados”* do insigne Gil Vicente,—faz-se ouvir directamente pelo Estado, pelo seu organismo mais representativo: o govêrno.

Morto o Cacique, os povos fazem caciquismo por conta própria, um caciquismo pelintra e anárquico, de bilhete de ida-e-volta e fotografia em grupo na primeira página dos jornais.

Esta centralização de reclamações, sem organismos especiais que as coordenem, julguem e despachem — não soube ou não quiz ainda criá-los esta morna ditadura — sem outros entraves à verborreia reclamatória que não sejam os vivos finais à República pelos titulares das varias pastas — inutilisa todas as boas vontades ministeriais, esterilisa o seu trabalho, estabelece contactos perigosos e géra, pela demora de providências acertadas, uma convicção que não deixa de ser-nos grata e que convém registrar: a de que são igualmente inúteis e inadaptáveis ao nosso país, por não saber criar nem organizar, as ditaduras democráticas da Urna e as ditaduras anfíbias da Espada.

(A concluir no próximo número)

César de Oliveira.

PREOCUPAÇÕES LEGALISTAS

Erguem-se altisonantes os clamores dos partidários da legalidade contra a ditadura violadora das normas constitucionais de 1911. Todos nós os temos ouvido protestar indignadamente contra o actual estado de coisas, fundados no argumento supremo de que «isto é tudo quanto há de mais contrário às leis».

Entre essas pessoas algumas há bem intencionadas e bem republicanisadas; para outras, a legalidade é a máscara de surdos despeitos e profundos rancôres. Mas, quer uns quer outros, foram catequisados e convencidos nesta doutrina de respeito pela Constituição, nesta indignação pelo atropêlo do direito, por advogados e bacharéis de característico *espírito juridico*, — um dos males mais terriveis que podem corroer a sociedade.

É raro o homem de leis das direitas ou das esquerdas, que não está contra a ditadura. É raro aquê, le que não berra, com um acento de convicção decidida, que a sua formação intelectual, o seu estudo, a sua vida o levam a defender o império do direito escrito, e as liberdades individuais.

Fácil é de demonstrar o perigo dêste falso espírito legalista, e, ao mesmo tempo, a hipocrisia daquêles que fomentam a revolta contra a situação ditatorial.

Na verdade, o *espírito jurídico* caracteriza-se pelo respeito farisaico pela letra da lei acompanhado do constante desrespeito do seu espírito. Na sua maioria, êsses legistas que para aí pululam, advogados encanecidos no fôro, bacharéis recém-formados e pedantes, deputados em vilegiatura, políticos com agência de favores, não fazem mais do que buscar aplicar a lei aos casos mais desfavorecidos por ela e menos dignos da sua protecção, interpretando subtilmente a letra e passando sôbre ela com disfarce, se preciso fôr.

O *espírito jurídico* representa uma constante ilusão do fim da lei, uma permanente traição ao seu espírito, conservando contudo um aparente respeito pelas normas. E de resto, não nos deve espantar que assim seja, dada a facilidade com que nos parlamentos se fazem e se revogam as leis, com que nos ministérios se conseguem regulamentos e portarias de escandaloso favor, com que nos tribunais a rábula dos advogados torce, desfibra e desfaz o preceito aplicável. A democracia é o regime da prostituição das leis.

A sólida inteligência de Miguel Unamuno, que a paixão política infelizmente traz transviada, viu com clarêza o mal a que nos estamos referindo e não he-

sitou em escrevêr palavras fortes como estas que transcrêvo: «*A advocacia é um dos piores açoites da Espanha contemporânea*». Ora, aquilo a que Unamuno chama «advocacia» é justamente o que nós chamamos «espírito juridico» que o grande escritor espanhol define assim: «Chamo advocacia ao modo de encarar os assuntos como se se tratasse de um pleito ante os tribunais, isto é, ao especial espírito sofístico que se cultiva no fôro. E a nossa política — acrescenta — não é mais do que advocacia: os advogados levaram para ela todas as suas miseráveis tricas, todo o seu repugnante legalismo, êsse legalismo que se contém no rifão «lei feita, lei iludida». Ninguém é mais inapto para legislar do que aquêle que formou o seu espírito applicando as leis».

Justamente êste legalismo tão severa e energicamente castigado por Unamuno já era denunciado pelo recto espírito do nosso Sá de Miranda quando, nêsse breviário de política que é a sua «Carta a El-Rei D. João III», diz ao monarca.

*... Velem-se contudo os reis
Dos rostos falsos, das manhas
Com que lhe querem das leis
Fazer teias das aranhas.*

.....
*Nunca se descuide o rei,
Que inda não é feita a lei
Já lhe são feitas cantelas.*

Negamo-nos, portanto, a reconhecer autoridade moral a êstes homens que por uso, costume e até por profissão vivem buscando iludir as leis, negamo-nos a reconhecer-lhes autoridade para agora protestarem contra a clara, patente, desassombrada e sincera violação que é praticada num intuito de salvação pública.

E' que o *espírito juridico*, reverente à letra, está ainda fascinado pela afirmação dogmática e pedante do artigo 16 daquele curioso museu que é a «Declaração dos Direitos do Homem»: «Toda a sociedade em que nem está assegurada a garantia dos direitos, nem está determinada a separação dos podêres — é uma sociedade sem constituição».

Os revolucionários esqueciam-se, como hoje os legistas se esquecem, de que as nações tinham o seu desenvolvimento próprio e natural, *constituindo-se* lentamente pela própria fôrma do seu crescimento e da sua organização em Estado, numa luta constante de adaptação, num esforço permanente de equilibrio entre os arrojos e a visão política dos seus grandes homens e a reacção mais ou menos enérgica das suas instituições tradicionais.

A Revolução adoptou como principio o desprezo das instituições, elemento objectivo da sociedade, para só atender às vagas ideologias, às abstratas divagações e aos mortiferos principios dos seus conductores. Mas as instituições ficaram, mais fortes do que o

verbalismo ingénuo de 1820, do que a sanha anticlerical do «Mata-Frades», do que a fúria reformadora de Mousinho da Silveira. Toda a agitação destes cem anos tem por causa primeira a oposição tenaz entre o génio nacional e os papeis que os legisladores alcunham pomposamente de «Constituições».

O atropêlo da lei de 1911 praticado pela ditadura militar é um gesto que interpreta o sentir profundo da Nação. Ela quer trabalhar e viver sem o embaraço das discussões bisantinas, sem o espectáculo das competições pessoais, desejosa de respirar livre das letras mortas, do palavriado estéril, das fórmulas impotentes, da papelada inútil que cem anos de liberalismo e de políticos acumularam sobre ela impedindo-a de qualquer movimento livre, de qualquer acção contínua e proveitosa.

Violou-se a lei sem hipocrisia, sem máscara. Ninguém pode negar aos ditadores uma coragem moral e um desassombro que os partidos políticos nunca tiveram, sempre preocupados em manter a aparência de legalidade e de constitucionalidade quando escandalosamente saltavam sobre tudo para satisfazer os seus interesses e os dos seus partidários.

E' por isso que nós aplaudimos a violação de quantas leis seja necessário violar, conquanto que se faça justiça, se restabeleça a ordem, se consiga a paz, e se transforme Portugal num país ajuizado, onde

se possa trabalhar com proveito e viver com calma, progredindo verdadeiramente na ordem espiritual como na material. Numa palavra, aplaudimos a violação das leis, daquelas leis que todos nós sabemos como eram feitas na intimidade de S. Bento, desde que a ditadura seja para o bem comum.

Quanto ao *espírito juridico*... deixêmo-lo para outra ocasião.

Marcello Caetano.

Entendia Joseph de Maistre que o século XVIII não terminaria nunca, enquanto não terminasse nos espíritos a sua influência nefasta. Mas já o seu fim se aproxima, graças à grande inquietação espiritualista que lavra na inteligência contemporânea. E se êle,—o século tumultuário e sem beleza, começou por proclamar os "direitos do homem", vai acabar,—ainda segundo Joseph de Maistre—, restaurando os "direitos de Deus".

Mais que uma força material desencadeada, o bolchevismo é uma grande força de espírito. Dêem-lhe o sentido eterno de Deus,—e logo confessará ao Senhor como aquêle possesso dos Evangelhos!

(Inéditos)

António Sardinha.

PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

A experiência da fôrça e da justiça

(«Durante a Fogueira — Páginas da guerra» —
por António Sardinha)

Mais um livro póstumo de António Sardinha: mais umas páginas de vida escritas no nobilíssimo intento de levar a fé que salva a uma geração decadente que morre porque não sabe crêr.

«Viver é um acto de fé constantemente renovado» disse-o alguém. No momento em que a alma desolada deixa de têr fôrças para afirmar virilmente o seu «Credo» magnifico — deixou de palpitar uma vida, uma vida que é feita de sofrimento e de esperança, de desesperação e de sonho, uma vida que tem na hierarquia das criaturas o lugar mais excelente: a vida humana. Ficará um indivíduo que vegeta: desapareceu da face da terra um homem que pensa, sente e quer.

António Sardinha consagrou a sua existência á tarefa, sôbre todas querida de Deus porque é participante na obra da criação, de transformar individuos sem fé nem esperança em *homens*, insuflando-lhes o bafo genesíaco que abre um horizonte infinito para lá dos limites estreitos da nossa animalidade.

Êste livro que aqui tenho na minha frente, reúne os comentários que o desenrolar dos episódios da última guerra sugería ao seu es-

pírito sempre cheio do desejo de viver, de crescer em conhecimento e amor, de integrar em si, depois de assimilados à sua forma supra-sensível, os acontecimentos que por êsse mundo revelam a acção constante e maravilhosa da Providência Divina.

“Páginas da guerra”—é o sub-título elucidativo do livro. Ao acabar a sua leitura, meditando certas páginas cheias de inteligência e vigor que nêle se acham e relacionando os factos de então e as esperanças que êles sugeriam com os sucessos de agora e as realidades a que assistimos, um frêmito me percorreu, um estremecimento em que havia a tristeza da desilusão e alegria do acto de fé, de um sempre renovado e confiante acto de fé, que acende no olhar ansioso uma chama viva de entusiasmo e amor.

Na verdade nada podêmos esperar já—assim no-lo diz o mundo perturbado e confuso—da fôrça e da justiça, pelas quais tombaram sanguinolentos tantos milhares de homens que ofereceram a sua vida em holocáusto no meio da agitação terrível da batalha.

São assim mais duas experiências falhadas, de há muito falhadas, que não conseguiram nem conseguirão nunca melhorar os homens e dar-lhes a paz e a felicidade que constantemente buscam na lucta diária que desde o dia da queda a Humanidade está condenada a sustentar.

Recordo essa página formidável de Giovanni Papini que sempre leio com intensa comoção, e que é uma das mais belas da sua extraordinária *Storia di Cristo*: o capítulo em que o grande escritor italiano faz palpitar as palavras do Senhor que nos manda amar o próximo—os inimigos como os amigos, os que nos querem como os que nos odeiam.

Ao deparar com êste sublime mandamento, Papini vê nêle a luz claríssima que ilumina o mundo novo, a última experiência a fazer para a renovação da face da terra e para a criação de uma Humanidade nova—a experiência do Amor.

“Tudo está provado—consumaram-se todas as experiências”

Não poderemos dizer que tenha faltado o tempo para todos os empreendimentos que quizémos tentar. Há sete milhares de anos que estamos sôbre a terra acumulando experiências sôbre experiências. Experimentámos a ferocidade e o sangue chamou o sangue. Experimentámos a voluptuosidade, e a voluptuosidade deixou-nos na bôca um cheiro de corrupção e uma ardência ainda mais dolorosa. Forçámos o corpo aos mais refinados e perversos prazêres e acordámos, tristes e angustiados, num leito de estêrco. Experimentámos a Lei e não obedecêmos á lei, mudámo-la e tornámos a desobedecer, e a justiça não saciou o nosso coração. Experimentámos a Razão: deitámos contas ao que estava criado, enumerámos as estrêlas, descrevêmos as plantas, as coisas mortas e as vivas; ligámo-las com os fios ligeiros dos conceitos e transfigurámo-las nos vapores magnificos das metafisicas — e por fim as coisas eram sempre aquelas, eternamente as mesmas e não nos bastavam e nós não as podíamos renovar; nomes e números não acalmavam a nossa fome e então, os mais prudentes acabaram por confissões entediadas de ignorância. Experimentámos a Arte, mas a nossa impotência fez desesperar os mais fortes porque o Absoluto não está nas fórmãs, porque o Diverso sai do Único, porque a matéria trabalhada não retém o Efémero. Experimentámos a Riqueza e achámo-nos mais pobres; a Fôrça — e ergue-mo-nos mais fracos. Em nenhuma coisa a nossa alma se repousou; o nosso corpo fatigado não descansou a nenhuma sombra. E o coração sempre buscando e sempre desiludido está mais velho, mais cansado, mais vasio porque não achou a sua paz em nenhum bem, a sua alegria em nenhum prazer, e em nenhuma conquista a sua felicidade!"

Resta-nos, portanto, um único refúgio: o de cumprirmos o mandamento suprêmo da doutrina cristã. Nada de palavras de ódio, evitêmos que dentro de nós triunfe o espírito do Mal. E' bem que façamos por retêr o fel que está cá dentro, que calquêmos no fundo, lá onde não faça dâno, a peçonha que o venenoso dente da serpente instilou na nossa raça desgraçada.

Supportêmos com resignação as provações que por todos os lados nos assaltam e amêmos com dobrado carinho aquêles que, no zêlo exaltado de procurarem servir uma causa santa, dizem contra nós palavras que não são de verdade, acusando-nos sem justiça e perseguindo-nos sem caridade.

Passados êstes anos sôbre a guerra, ela aparece-nos hoje como sendo mais uma prova de que faliu a experiência da fôrça e da justiça conjugadas. Pascal tinha dito que a justiça sem a fôrça era impotente e que a força sem justiça era tirânica. A' falência da força e à falência da justiça, sucedeu-se a falência da fôrça e da justiça. Tudo no-lo diz nêste momento por êsse mundo àlém.

Refugiêmo-nos nós na experiência do Amôr, a única que ainda não nos desiludiu no período enorme para a nossa inconstância e fragilidade, que vem desde a prégação de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Esta é a lição que se extrái do último livro do nosso querido Amigo, do nosso Mestre sempre presente à nossa acção — sempre guiando o nosso pensamento.

Marcello Caetano.

Conselheiro Fernando de Sousa

Depois de uma campanha que nos abstêmos de apreciar, feita nos jornais *Novidades* e *Mundo*, o Snr. Cónego Manuel Anaquim escreveu duas cartas, uma para o Director da *Epoca* e outra para o Redactor-principal das *Novidades*.

Esta última declarava que a primeira continha a reprovação da atitude da *Epoca* — declaração eminentemente útil, visto que, sem ela, ninguem o teria percebido.

Em face desta atitude do antigo e digno Bispo eleito de Damão o Snr. Conselheiro Fernando de Sousa resolveu suspender a publicação da *Epoca*, abandonando ao mesmo tempo o seu posto de jornalista católico, tão nobremente honrado durante trinta anos de áspera lucta.

Nêste momento tão doloroso para o coração de «Nemo», a *Ordem Nova* que S. Ex.^a saudou a quando do seu aparecimento, com tanta generosidade e carinho, não pode deixar de lhe testemunhar uma vez mais toda a admiração e toda a simpatia que sempre os actos e a vida pública de S. Ex.^a mereceram a quantos aqui escrevem mais amiudadas vezes. Nós não esquecêmos o facto de sempre termos encontrado na *Epoca* as considerações mais justas, as observações mais oportunas e os ensinamentos mais verdadeiros, a propósito dos acontecimentos que se sucedem e que muitas vezes nos desorientam e confundem.

Os serviços prestados por êsse jornal à tarefa de renovação da mentalidade portuguesa que hoje tem o primeiro lugar na hierarquia das actividades de ordem pública, são inumeráveis e de incalculável valor. A sua acção fez-se sentir extraordinariamente e só teríamos que lastimar se ela desaparecesse.

Ao Snr. Conselheiro Fernando de Sousa que mais uma vez, com a sua nobíllissima attitude mostrou sêr um católico como muitos não sabem sêr—dêsses que estão como o fariseu louvando a Deus por não serem como o publicano do fundo do templo—nós afirmamos aqui que encontrará no nosso grupo as mais sinceras e entusiásticas dedicações.

A *Ordem Nova*.

Centenário de S. Luís Gonzaga

Celebrou-se êste ano o bi-centenário de S. Luís Gonzaga, o protector da juventude, cuja vida é cheia de perfumada candura e de virtuosos exercicios.

Em Lisboa realisou-se uma «Semana aloísiana», prégando durante ela, na Igreja da Encarnação, o R. Dr. Ferreira Fontes, com a proficiência de sempre.

Ordem Nova associa-se a esta comemoração honrando-se com a inserção nas suas páginas de um artigo do R. P. Paulo Durão Alves cuja leitura muito aproveitará aos que o lêrem e que reconhecidamente agradecemos ao nosso ilustre colaborador.

Ecce iterum...

No número especial dos «Estudos» consagrado a S. Francisco de Assis escreveu o snr. R. P. J. Alves Correia um artigo intitulado *Democracia transcendente e S. Francisco de Assis*, em que se fazem afirmações bem pouco em harmonia com o espírito franciscano da comemoração.

A par de uma tímida mas visível declaração de Amôr ao *Sillon*, surgem-nos acusações e remoques à vencida «Action Française» de mistura com passagens como estas:

«Hoje, por mais voltas que demos aos homens, por toda a parte vemos uma repugnância invencível em aturar mandões, que eles sejam nações imperialistas, ou que sejam tirânos interiores..... Ora essa mentalidade nobremente insofrida, digna e livre, com repugnâncias contra a vontade orgulhosa dos outros, é que é a fina flôr do espírito democrático o qual não precisa, para ser o que é, de ser sectário de quaisquer fórmulas políticas.

«A democracia assim entendida é um estado de alma eminentemente cristão. *Democracia cristã*... são talvez os dois termos casados com mais felicidade na linguagem dos homens».

Em face disto nós não sabemos que mais lamentar: se a confusão do espírito do autor, que não compreende como a autoridade forte dos governantes pode sêr "autoridade-serviço" e "autoridade-amôr", que não vê que os rasgos de S. Francisco e que o proceder dos primeiros franciscanos nunca poderiam sêr a norma de uma sociedade composta por homens que não são santos, antes teem uma tendência congénita para o mal—não nos esqueçamos que a lei moral é essencialmente negativa: não matarás, não furtarás, guardarás castidade... e que só depois poderêmos passar, num estádio superior de progresso espiritual à atitude activa: amar o próximo como a nós mesmos—se a desorientação geral que permite a um sacerdote considerar "A MENTALIDADE NOBREMENTE INSOFRIDA, DIGNA E LIVRE, COM REPUGNANCIAS CONTRA A VONTADE ORGULHOSA DOS OUTROS", a "REPUGANCIA INVENCIVEL EM ATURAR MANDÕES" como sendo a fina flôr do espírito democrático, como sendo UM ESTADO DE ALMA EMINENTEMENTE CRISTÃO! Que triste que tudo isto é!

M. C.

Os católicos mexicanos

No meio da desorientação, da pequenez e da miséria que vai por êsse mundo fóra, belo e alevantado exemplo é o que nos dão os nossos irmãos do México!

Não querêmos, desde já, que deixe de se exprimir a nossa admiração e a nossa fraternal amizade pelos católicos mexicanos, prometendo voltar ao assunto com mais vagar quando, num dos próximos numeros, o espaço o permitir.

Colaboração da "Ordem Nova"

Publica hoje a *Ordem Nova* um artigo que é, segundo crêmos, a estreia no nosso campo de combate de mais um querido camarada: querêmos referir-nos a José Gracías.

Inteligência equilibrada, espírito culto e vontade forte, José Gracías que além disso dispõe de invulgares qualidades de trabalho, é um dos rapazes com que se deve contar para o dia de amanhã.

Fácilmente os leitores verificarão no artigo que temos a honra de inserir, a verdade das nossas afirmações que não são elogios. Há aí uma erudição despretenciosa, um seguro senso critico e uma forma elegante que se impõem, prometendo-nos um economista notável em quem pomos as nossas esperanças.

Aqui deixamos o agradecimento pela colaboração de José Gracías.

Instituto de António Sardinha

Os trabalhos de instalação do Instituto tem sido demorados e custosos.

A Direcção fez instalar a luz electrica, está procedendo à organização da Biblioteca e vai agora mobilar a séde, para o que teve de contraír um emprestimo.

Teem-se registado muitas inscrições de sócios e alguns donativos de livros principalmente da Ex.^{ma} Snr.^a D. Ana Sardinha e Snrs. João Lucio de Azevedo, Dr. Manuel Murias, Dr. Alvaro Maia, «Nação Portuguesa», Bolsa de Propaganda Integralista, Livrarias Aillaud e Bertrand (importantíssimo), Livraria Ventura Abrantes, Livraria Classica Editora, etc.

A Direcção conta inaugurar os trabalhos depois do Carnaval, convidando mais uma vez todos os nacionalistas a inscreverem-se como sócios. O Instituto é a mais importante e mais proficua obra do nacionalismo português.

A sede provisória é no Largo do Directorio, 8, 3.º.

«Opus Dei»

A liturgia — disse-o Pio X — é a fonte primária e indispensável do verdadeiro espírito cristão.

De facto só a vida litúrgica pode infundir nos fiéis o espírito católico, espírito de força e de verdade, espírito de vida e, portanto equilibrado e saudável, tão oposto à indisciplina sentimental, à devoção apaixonada, ao estéril formalismo que, a par de um deísmo vago e dum filantropismo frio, caracterizaram o romantismo religioso.

Mais importante do que a disciplina mecânica, do que os recenseamentos políticos, do que a submissão incondicional em palavras apenas, é a disciplina espiritual conseguida pela integração na vida mística da Igreja. Vivendo com ela as horas de alegria e triunfo, entoando os seus cánticos e orando as suas preces, se efectiva a união com todo o orbe católico e se realiza o ideal sublime de viver acima de si mesmo.

A disciplina na oração, a preocupação de, com a Igreja, louvar em todas as coisas a Deus, criador e redentor, nosso último fim, constitue um dos pontos essenciais da nossa renovação espiritual.

Em nosso auxílio veio a revista litúrgica *Opus Dei*, brilhantemente dirigida pelo Rev.º Dr. António Coelho O. S. B. que daqui saudamos com júbilo, dando graças a Deus pelo seu aparecimento, ao mesmo tempo que Lhe pedimos a sua conservação e prosperidade.

Junta Escolar de Coimbra

A Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano continúa trabalhando com inteligente actividade. A Albano de Magalhães succedeu na presidência o nosso querido camarada e colaborador Leão Ramos Ascensão que é, incontestavelmente, um dos mais seguros valores da nova geração integralista.

Ordem Nova saudando os seus camaradas de Coimbra, abraça Leão Ascensão com affecto fraternal.

E' moda agora citar, como período áureo da constituição de Portugal, o século XV; mas a fórmula absolutista e centralista encontra-se já, e na sua forma mais perfeita, sob o punho de D. João I: «de nosso *poder absoluto* lhe damos e outorgamos», etc.; «queremos e mandamos *de nossa certa sciência* e poder absoluto e próprio movimento».

Snr. António Sérgio — «Notas» nos «Inéditos de Oliveira Martins».

A fórmula «de nossa sciência e poder absoluto» e outras semelhantes começam a aparecer nos documentos régios no meado do século XIV, mas é preciso não lhes ligar alcance demasiado.

Manuel Paulo Merêa — «O Poder real e as cortes», p. 10.

EXPEDIENTE

Condições de assinatura

| | 6 números | 12 números |
|---------------------------------------|-----------|------------|
| Continente, Ilhas e Espanha | 12\$50 | 24\$00 |
| Colónias portuguesas | — | 36\$00 |
| Estrangeiro | — | 40\$00 |

Número avulso: 2\$50

Para os assinantes da *Nação Portuguesa* e eclesiásticos, no Continente:

6 números: 10\$00

12 números: 20\$00

As assinaturas não pagas directamente à Administração sofrem um aumento de *um escudo* para despesas de correio. As despesas de cobrança das assinaturas das colónias e estrangeiro são de conta dos srs. assinantes.

A todos aqueles para quem enviamos a revista e não a queiram assinar pedimos a fineza de a devolver no mais curto prazo de tempo. Aos que a não devolverem manda esta administração cobrar, em todos os períodos de cobrança, as assinaturas em dívida. Rogamos, porém, a todos os srs. assinantes que tenham as suas assinaturas em atraso o favor de as liquidarem prontamente, a fim de nos evitarem maiores prejuizos.

Toda a correspondência relativa a assuntos de Administração deve ser dirigida para o

Largo do Directório, 8, 3º.

LISBOA

